

A instrução pública e a atuação da Câmara Municipal de Pelotas (1846-1852)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar o papel da Câmara Municipal de Pelotas no que concerne a instrução pública durante os anos de 1846 a 1852. O recorte temporal foi feito com a intenção de perceber o interesse das autoridades públicas municipais sobre a temática da educação no período imediatamente posterior ao término da Revolução Farroupilha. Os dados foram coletados nas Atas da Câmara Municipal de Pelotas. Os resultados da pesquisa indicam que a Câmara Municipal possuía uma preocupação com a instrução pública, instituindo inclusive uma comissão de fiscalização das aulas avulsas. No entanto, a área de atuação do legislativo se restringia a questões pontuais como o aluguel de imóveis, o pagamento de salário para os professores e a compra de materiais.

Palavras-chave: Instrução Pública, Câmaras Municipais, Segundo Império

Chéli Nunes Meira

Universidade Federal de Pelotas
chelimeira@gmail.com

Mônica Maciel Vahl

Universidade Federal de Pelotas
monicamvahl@gmail.com

Considerações iniciais

Este trabalho tem por objetivo analisar o papel da Câmara Municipal de Pelotas no que concerne a instrução pública no período de 1846 a 1852. O recorte temporal foi feito com a intenção de perceber a organização do sistema educacional pelotense no período imediatamente posterior ao término da Revolução Farroupilha. Desta forma, procuramos observar como o tema da educação despertava (ou não) o interesse das autoridades públicas municipais naquela conjuntura de transformações políticas, econômicas e sociais.

Os dados foram coletados nas Atas da Câmara Municipal de Pelotas, transcritas por um projeto de extensão organizado pela Câmara Municipal, a Biblioteca Pública e o Instituto Histórico Geográfico da cidade de Pelotas. As Atas da Câmara Municipal são fontes importantes na medida em que possibilitam salvaguardar a história da cidade, sendo nelas tratados diversos assuntos relacionados a vida política de Pelotas.

Para a construção teórico-metodológica desta pesquisa foram utilizados os seguintes trabalhos para entender a História da educação no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Pelotas: Schneider (1993); Valle e Arriada (2012). Para compreender a História de Pelotas, foram utilizadas obras de Arriada (1994); Gutierrez (2001); Magalhães (2012); e Osorio (1922). Como suporte para a escrita da história, Certeau (2000).

Segundo Certeau (2000), existem dois tipos de historiadores: o primeiro é um catalogador dos documentos do passado, que organiza esses documentos para depois poder analisá-los; o segundo seria uma espécie de restaurador, pois buscaria no passado os acontecimentos vividos para restaurá-los. Porém, nenhum dos dois tipos se oporia frontalmente ao outro, pois a intenção de ambos seria preservar os fatos históricos para que eles não caíam no esquecimento, para que possam ser lembrados, estudados e analisados.

“Assim, fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas” (CERTEAU, 2000, p.46). Deste modo, as pesquisas sobre a história da educação são significativas por colaborarem para o estabelecimento de

relações entre o passado e o presente, especialmente no contexto brasileiro, em que a educação ainda ocupa um lugar marginal na agenda política.

Para uma melhor compreensão o texto foi organizado em três seções. A primeira seção aborda o processo inicial de urbanização da cidade de Pelotas e os reflexos da Revolução Farroupilha na organização do sistema educacional gaúcho. A segunda seção discute o papel da Câmara Municipal de Pelotas no que diz respeito a instrução pública. Por fim, a terceira seção desenvolve algumas considerações sobre a atuação do legislativo pelotense no tocante a educação durante os anos de 1846 a 1852.

O processo de urbanização da cidade de Pelotas e os reflexos da Revolução Farroupilha

Em 1758 foi concedida uma carta de sesmaria abrangendo a região onde hoje se localiza a cidade de Pelotas a Tomás Luís Osorio. Nas últimas décadas do século XVIII, a região passou por intensas mudanças, sendo a partir de então povoada de forma permanente. Com a chegada de José Pinto Martins, vindo do Ceará, por volta de 1780, iniciou-se à beira do arroio São Gonçalo, o comércio do charque que até aquele momento era realizado de uma forma artesanal para o consumo local.

Uma das hipóteses para que José Pinto Martins tenha vindo para o Rio Grande do Sul, segundo Magalhães (2012), pode ter sido a grande seca de 1777 que afetou a região nordeste do Brasil. Naquela época, o Rio Grande do Sul era a parte do Brasil que possuía o maior rebanho bovino. A carne não era muito valorizada na região platina por existir em abundância. Mais valorizado era o couro bovino, utilizado em uma ampla gama de atividades.

Não por acaso, a cidade de Pelotas retirou seu nome justamente desta abundância de couro e sua extensa série de utilidades, sendo que “pelota” era o nome dado a uma pequena embarcação feita de couro para atravessar os diversos cursos d’água que cercam o município de Pelotas. Em função da ampla utilização desta matéria-prima, este período inicial de ocupação do território gaúcho pelos luso-brasileiros foi chamado de “era do couro”.

Técnicas rudimentares, eram de longa data utilizadas para a fabricação do charque, sendo esse produto usado mais para consumo interno e imediato, do que para exportação. Contudo, foi só com a vinda de José Pinto Martins que aqui chegaram técnicas novas de preparo, permitindo que a produção do charque se expandisse e adquirisse uma escala industrial na região.

Em 1822, após a morte de Isabel Francisca da Silveira, viúva de Manuel Bento da Rocha, a sesmaria foi dividida em “[...] cinco estabelecimentos: Laranjal, Galatéia, Graça, Palma e Patrimônio” (ARRIADA, 1994, p.26). Após ser repartida a sesmaria, formaram-se estâncias e mais charqueadas foram criadas, já que a produção do charque no Rio Grande do Sul havia ganhado importância na medida em que o produto passou a ser demandado de forma intensa pelo desenvolvimento da cafeicultura no vale do rio Paraíba. Conforme observou Gutierrez,

Todas essas terras pertenceram preliminarmente à fazenda de Pelotas. A primeira, mais distante da foz, a charqueada da Graça, vinculada à estância de mesmo nome, pertenceu ao visconde da Graça, João Simões Lopes. Descendo o arroio, no Moreira, o segundo estabelecimento foi do barão de Butuí, José Antônio Moreira, dono da fazenda da Palma. Em seguida, estaria a fábrica do barão de Azevedo Machado, Antônio José de Azevedo Machado, proprietário da fazenda da Galatéia. No lugar chamado Costa, situou-se o estabelecimento de um outro barão, o do Jarau, possuidor da fazenda do Laranjal. Continuando a descer o arroio, no Passo Real, encontrava-se o estabelecimento dos irmãos José Maria e Manuel Bento da Fonseca, que também foram senhores da estância do Laranjal. Em sexto e último lugar, próximo à foz, no passo do Castro, ficava a charqueada de Antônio José de Oliveira Castro, sogro do barão de Butuí (2001, p.77).

Logo o processo saladeiril se multiplicou, o número de cabeças de bois mortos chegou a vários milhões por ano e os escravos eram comprados em grande número. Esses, além de valerem muito, possuíam uma expectativa de vida muito pequena. O período de produção do charque era de novembro a abril, meses quentes no Rio Grande do Sul. Entre maio e outubro, tempo de entressafra na produção do charque, os escravos eram utilizados em obras públicas e privadas no meio urbano. A fabricação do charque produziu grandes riquezas em Pelotas ao longo do século XIX (MAGALHÃES, 2012).

Em 1812, ainda sob o comando de D. João VI, foi ordenado que o povoado de Pelotas, ainda pertencente ao município de Rio Grande, passasse à condição de Freguesia de São Francisco de Paula. Para que isso se concretizasse, foi necessária a construção de uma capela, que, conforme Magalhães (2012) foi inaugurada próximo ao Natal de 1813 onde hoje é a Catedral, assim emancipando-se da Matriz de São Pedro, em Rio Grande.

Segundo Osorio (1922), quando a imagem de São Francisco de Paula chegou à Freguesia, a capela ainda não havia sido concluída. Em decorrência disso, a estátua de São Francisco precisou ficar algum tempo na simples moradia do vigário. Contudo, “(...) em fins desse anno [1813] foi transportada para a capella, si bem que inacabada, mas em estado de servir” (OSORIO, 1922, p.41). A partir de então, iniciou-se a construção da igreja matriz da Freguesia de São Francisco de Paula ao redor da antiga capela (OSORIO, 1922). Segundo Magalhães, “(...) há um censo oficial, de 1814, que registrou a existência de 2419 indivíduos, sendo 1226 negros, 1088 brancos ou livres e 105 indígenas [...] Quanto ao número de prédios, em 1822 havia 217 casas (...)” (2012, p.56).

Em 1832, a Freguesia foi elevada à condição de Vila de São Francisco de Paula. Com o título de vila, passa a ter direito a constituir sua Câmara Municipal. Para constituir a primeira legislatura da Câmara Municipal de Pelotas houve uma votação onde cada “homem bom”, como era denominada a pequena parcela da população com direito ao voto, segundo a constituição imperial de 1824, poderia votar em três nomes e desses os sete candidatos mais votados seriam eleitos.

Abaixo na transcrição consta a nominata da primeira legislatura da Câmara Municipal de Pelotas e a quantidade de votos recebidos por cada um dos eleitos em 1832:

[...] Manoel Alves de Moraes, duzentos e trinta e seis, Antônio José Gonçalves Chaves, duzentos e quinze, dr. João Baptista de Figueiredo Mascarenhas, duzentos e quinze, Domingos José Almeida, duzentos e quatro, João Alves Pereira, cento e noventa e quatro, Cipriano Rodrigues Barcellos, cento e sessenta, Alexandre Vieira da Cunha, cento e trinta e três, havendo sido excluído o cidadão Boaventura Rodrigues Barcellos, que obteve cento e quarenta e cinco, por motivo de ser irmão do vereador Cipriano Rodrigues Barcellos, que alcançou maior número de votos. (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2011, p.28).

A partir de então, a vila de Pelotas foi gradativamente aumentando de tamanho. Grande parte dos charqueadores que moravam na vila de Rio Grande mudaram-se para a nova vila com suas famílias, para que pudessem administrar melhor seus negócios (MAGALHÃES, 2012). Com a instalação da Câmara Municipal de Pelotas e a elaboração do seu código de posturas, dois anos depois houve a aprovação pelos vereadores da planta urbana, de modo que a vila de São Francisco de Paula foi se estruturando. Neste sentido, Arriada observa que:

Esse processo da transição de um mundo rural para outro urbano, na região de Pelotas, caracterizou-se por um conjunto de mudanças em nível de economia e de sociedade que teve início pelos primeiros anos do século XIX, com o surgimento da Freguesia, momento em que o urbano, por meios administrativos e vida social, impõe-se ao rural (1994, p.121).

Em 1835 a Vila de São Francisco de Paula recebe o título de cidade. Assim que recebeu este título, seu nome foi alterado e passou a se chamar Pelotas. Segundo Magalhães (2012, p.67), “oitenta e cinco dias depois daquela sessão da Assembleia Legislativa” onde transformaram Pelotas em cidade, iniciou-se a Revolução Farroupilha. Devido ao movimento revolucionário que se estendeu de 1835 a 1845, poucas foram as transformações sentidas em Pelotas com a mudança da condição de vila de São Francisco de Paula para a condição de cidade de Pelotas. Depois do início da Revolução, a Câmara de Vereadores se reuniu apenas até o dia 4 de fevereiro de 1836, e somente retomou suas atividades em 17 de abril de 1844.

O ensino no período da Revolução Farroupilha foi precário. Os constantes conflitos dificultaram a situação em toda a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Invasões e estados de sítio impostos a várias cidades tornaram a instrução pública precária. Podemos depreender esta situação do relatório do presidente da Província do Rio Grande do Sul e comandante das tropas imperiais na região, o então Conde de Caxias, que se mostrando muito preocupado com a educação da Província referiu:

A instrução primária, tão necessária a todas as classes da sociedade, não apresenta lisonjeiro aspecto nesta Província, talvez pelo abandono em que caíram todas as coisas nestes últimos sete anos, e pelo desmazelo de muitos pais, que desleixam a educação de seus filhos, particularmente

nos lugares arredados da capital (Relatório apud VALLE e ARRIADA 2012, 228)¹.

A situação do ensino se complicou também em decorrência do grande êxodo populacional. Entretanto, apesar desta tendência geral relativa ao período, houve uma tentativa de melhoria no ensino primário e secundário. Neste sentido, foi aprovada uma lei determinando a abertura na Província da primeira escola normal, que formaria professores para instruírem os alunos do ensino primário. Contudo, esta proposta não passou de uma intenção e a escola não iniciou suas atividades nesta ocasião (SCHNEIDER, 1993).

As aulas eram avulsas, cada mestre ministrava a cadeira para a qual fora contratado. A partir de 1837, a primeira discussão envolvendo o propósito de abrir um colégio ocorreu no âmbito da Assembleia Provincial. Entretanto, a conjuntura da guerra civil não permitiu que a ideia fosse implementada. Em linhas gerais, o decênio farroupilha (1835-1845) levou à estagnação ou mesmo ao retrocesso na situação da instrução pública no Rio Grande do Sul. As poucas intenções de modificação do quadro ficavam apenas no papel.

Contudo, segundo Arriada e Valle (2012) existem evidências do registro de aulas avulsas no território da Província de São Pedro que remontam ao final do século XVIII. Entretanto, foi em 1845, que o cenário desolador da educação na região começou, lentamente, a se modificar, conforme observou Schneider:

[...] A necessidade de instruir a infância e a mocidade obrigara as autoridades a confiar muitas cadeiras a professores medíocres, na dificuldade de encontrar outros mais habilitados. Por isso, os governantes sentiam a necessidade de haver na Província uma Escola Normal, onde se formassem os pretendentes ao magistério primário, como única maneira de realmente elevar-se o nível do ensino. Quanto ao ensino secundário, havia somente aulas isoladas. O estudo das matérias era de livre escolha, não havendo um currículo básico. [...] No ano de 1846, é criado um Liceu na capital, o Liceu de D. Afonso. [...] será o primeiro a ser construído pelos cofres públicos para abrigar uma escola na Província (1993, p.59).

¹ RELATÓRIO com que abriu a 1ª Sessão da 2ª legislatura da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Conde de Caxias. Porto Alegre: Typographia de I. J. Lopes, 1846, p.10.

Portanto, os anos imediatamente posteriores ao término da Revolução Farroupilha constituíram um marco na História da Educação no Rio Grande do Sul, na medida em que paulatinamente o amadorismo dos professores passou a dar lugar a um crescente processo de profissionalização, acompanhado também de uma maior institucionalização dos espaços em que o ensino era ministrado. Neste sentido, procuramos acompanhar como esse processo se deu na cidade de Pelotas.

A instrução pública e atuação da Câmara Municipal de Pelotas (1846-1852)

Em 1834, o Ato Adicional à Constituição do Império destinou às províncias a responsabilidade pelo ensino das primeiras letras, sem levar em conta que tais províncias não possuíam recursos financeiros nem técnicos para manter a instrução pública. Sendo assim, o ensino primário no Brasil sofreu no século XIX pela omissão das autoridades, pela ausência de recursos humanos e financeiros e pela inadequação dos métodos adotados.

As Câmaras de Vereadores tiveram um papel fundamental no período Imperial, pois eram elas que administravam, na figura do Presidente da Câmara e dos Vereadores as cidades. Outro aspecto relevante é que nesse momento não existia o cargo de Prefeito Municipal, ou melhor, o papel do executivo era exercido pelo Presidente da Câmara.

Na cidade de Pelotas os vereadores totalizavam em nove durante os anos de 1846 a 1852. Desde a fundação da cidade ocorreram na Câmara de Vereadores a criação de comissões permanentes ou especiais para fiscalizar os mais diversos assuntos referentes a administração da cidade. Era naquele período um procedimento comum, com o objetivo de supervisionar e confirmar os investimentos e as reclamações da população.

Em oito de maio de 1832 a primeira comissão foi nomeada para a fiscalização da instrução pública da cidade de Pelotas, composta de um fiscal e “[...] três cidadãos reverendos Francisco Florêncio da Rocha e Cláudio José de Souza Mursa e o cidadão Antônio José Gonçalves Chaves [...]” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2011, p.36-37).

Em vinte de setembro de 1849 uma Comissão de Inspeção das Aulas Públicas foi composta por três vereadores, sendo integrada inicialmente por Manoel Lourenço do

Nascimento, Joaquim de Sá Araújo e o senhor presidente Joaquim José Affonso Alves. Ainda em 1849, Joaquim José Affonso Alves pediu dispensa da comissão, justificando que já estava em outras comissões e que possuía muitos afazeres na administração da Câmara. Com isso foi nomeado para a função o vereador Candido Alves Pereira.

Neste período era de responsabilidade da Câmara Municipal o aluguel das casas em que as aulas avulsas aconteceriam, tendo em vista que ainda não haviam sido construídos prédios de destinação escolar. A comissão despendia um esforço significativo na tentativa de negociar o preço do aluguel das salas conforme pode ser observado no trecho a seguir:

Do diretor interino da instrução pública da Província acusando a recepção do que esta Câmara lhe dirigia comunicando a mudança da aula de meninos regida por Sebastião Soares Vianna e comunicando que o proprietário da casa em que antes existiu aquela aula havia oferecido por 30\$ réis mensais e que por isso esperava que se obtivesse do proprietário da atual o menor aluguel possível: foi à comissão permanente (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2012, p.189).

Um dos problemas das aulas avulsas eram as constantes transferências de endereço por quebra de contrato por parte do proprietário do imóvel, que muitas vezes ficavam insatisfeitos com os atrasos dos pagamentos por parte da província. A Câmara procurou solucionar este inconveniente ao acrescentar uma cláusula no contrato que obrigava o locador, em caso de desistência, solicitar com ao menos seis meses de antecedência a desocupação da propriedade.

Contudo, a manutenção dos alugueis de salas e imóveis por um período de tempo maior não resolveu a situação da inadequação dos espaços utilizados para a instrução pública, conforme se percebe no excerto abaixo:

A comissão permanente deu o seguinte parecer sobre o requerimento de Sebastião Soares Viana: “a comissão encarregada de emitir parecer acerca da transferência da 2ª aula de meninos regida pelo senhor Viana, passando a **examinar a casa em que atualmente se acha a dita aula, notou que com efeito é úmida, escura e incomoda em razão de ser seu serviço feito pela frente e fundo somente em cujas ocasiões encanando o vento pode produzir constipações e afecções pulmonares** e etc. Reconhecida a desvantagem apontada procurou a comissão nas aproximações da Igreja uma outra casa que reunisse as circunstâncias necessárias para a precedida [?] aula a fim de ficarem as duas

existentes a cômodo da juventude que as frequentam e não encontrando-a, passou ultimamente a examinar a que apontou o supradito Vianna, na qual deparando com as comodidades reclamadas para o ensino e salubridade dos alunos, além da economia do aluguel, pensa a comissão ser de vantagem a pronta transferência para ela da aula de que se trata: entrando em discussão, o senhor Presidente ofereceu o seguinte aditamento ao parecer: “oficiando-se ao inspetor das aulas da comarca fazendo-lhe sentir as razões que teve a Câmara para deferir a petição do professor”: Discutido o parecer conjuntamente com o [ilegível], o senhor doutor Thomas pediu a urgência da deliberação que foi vencido aprovando-se tanto uma como outra como depois de debatido (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2012, p.178, grifos do autor)

Em 23 abril de 1849, Sebastião Soares Viana, professor de primeiras letras para meninos, fez a solicitação para a mudança do imóvel em que lecionava, alegando más condições de higiene. Foi formada então uma comissão de vereadores para averiguar a solicitação. Apenas quatro dias mais tarde, a comissão se pronunciou sobre o pedido, afirmando que a casa era *úmida, escura e incomoda* e concordando com o pedido do professor ao concluir que aquele espaço não possuía as condições de salubridade adequadas para o ensino.

Outro aspecto interessante das atividades da Câmara Municipal no que se refere a educação era a liberação da permissão para a docência e a confecção atestados de frequência dos professores. Estes dados possibilitam perceber a trajetória profissional de diferentes indivíduos como, por exemplo, do professor de latim Antônio José Domingos, lisboeta que atuou nas cidades de Santo Antônio da Patrulha, Pelotas e Rio Grande (ARRIADA, 2012).

Uma situação relativamente comum era o abandono do curso por parte do professor. Conforme observa Schneider (1993, p. 29), além dos baixos salários pagos aos professores, muitos eram os problemas estruturais:

Há, porém, falta de elementos capazes para exercer o magistério e os habilitados, em sua maioria, não se candidatam a exercê-lo, devido aos baixos salários. Assim, o método de ensino mútuo não tem êxito, porque os professores não possuem conhecimento sobre ele. [...] Cada aula funciona como uma unidade separada (SCHNEIDER, 1993, p. 29).

Alguns profissionais decidiam partir para outra cidade em busca de melhores condições de trabalho, outros resolviam ainda trocar de profissão na perspectiva de um maior retorno econômico. Esta situação pode ser analisada a partir da ata do dia 30 de

janeiro de 1850. O professor de geometria Sebastião Soares Viana pediu demissão e deixou a turma, sendo substituído pelo professor de francês João Alves de Souza. A substituição de um professor de geometria por um professor de francês levanta questionamentos sobre a inexistência de formação específica para docência, e conseqüentemente sobre a qualidade do ensino.

Outro aspecto que merece ser destacado são os pedidos de materiais por parte dos professores e a elaboração dos relatórios dos utensílios das aulas avulsas. Segundo observação de Arriada:

As escolas públicas eram bastante detalhistas ao arrolarem os utensílios das salas de aula. No geral o rol constava de pedras de ardósias, livros de leitura, gramáticas, livros de doutrina, aritmética, maços de lápis, papel, mapas, quadros com exemplares de escrita, mesas, cadeiras, estrados, pedras (usadas para a escrita), bancos, penas de aço, garrafas de tinta, canetas, talhas, tinteiros, etc. (ARRIADA, 2012, p.220).

No dia 19 de abril de 1850, a comissão de ensino deliberou pela necessidade de aquisição de utensílios para a aula de francês. Este relatório foi enviado para o governo da Província, responsável pelo envio do material e, como já foi mencionado, pelo pagamento do salário dos professores. Em 8 de julho foi exigido que todos os professores apresentassem relatório do material que para eles fora cedido, bem como a relação dos objetos necessários para o bom andamento do trabalho.

Ao longo do período estudado a Câmara de Vereadores trata sobre as questões do ensino na cidade de Pelotas, estando preocupados com a contratação de professores, o aluguel e manutenção das casas e materiais para as aulas, solicitando relatórios com o número de aprovados e reprovados. Assim como a formação de comissões para a fiscalização a instrução pública.

Considerações finais

A opção por tratar da situação da instrução pública em Pelotas entre 1846 e 1852, isto é, nos anos imediatamente posteriores ao término do decênio farroupilha (1835-1845), implicou em um risco, na medida em que são poucos os dados disponíveis sobre o

tema e ainda escassa a bibliografia de apoio. Contudo, procurou-se neste momento contribuir, mesmo que de forma modesta, para o desenvolvimento do campo de estudos da História da Educação em Pelotas durante o período imperial.

A análise das Atas da Câmara Municipal de Pelotas possibilitou perceber que havia um interesse dos vereadores no que diz respeito a organização e o funcionamento do sistema de ensino da cidade. As discussões do legislativo gravitavam, sobretudo, em torno dos locais em que as aulas avulsas seriam ministradas, dos materiais que deveriam ser comprados ou inventariados, dos pedidos de autorização para lecionar de professores ou ainda das reclamações de atrasos de salários.

A Comissão de Inspeção das Aulas Públicas da Câmara Municipal tratava de diversos episódios relacionados com a realização das aulas avulsas, no entanto, a centralidade de sua atuação eram os aspectos físicos e burocráticos. Não havia, por exemplo, uma preocupação com o estabelecimento de programas mínimos de ensino ou ainda com o aumento da oferta do número vagas. Apesar disto, o legislativo desempenhou relevante papel em um momento de reestruturação do ensino.

Referências

ARRIADA, Eduardo. Prefácio e Notas. In: CAMÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1846-1852)**. Organização de Eduardo Arriada. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas / Biblioteca Pública Pelotense; Santa Maria: Pallotti, 2012.

ARRIADA, Eduardo. **Pelotas – gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

ARRIADA, Eduardo; VALLE, Hardalla Santos do. A Falta de Homens de Letras: a educação no Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul (1770-1834). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.45, p.36-48, mar., 2012.

CAMÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1845)**. Santa Maria: Gráfica Editora Pallotti, 2011.

CAMÂMRA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1846-1852)**. Organização de Eduardo Arriada. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas / Biblioteca Pública Pelotense; Santa Maria: Pallotti, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Pelotas Princesa** (livro comemorativo ao bicentenário da cidade). Pelotas: Diário Popular, 2012.

MAGALHÃES, Mario Osorio. Organização e Notas. In: CAMÂMRA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1845)**. Santa Maria: Gráfica Editora Pallotti, 2011.

OSORIO, Fernando. **A Cidade de Pelotas (1822-1922)**. Typ. Do Diário Popular: Pelotas, 1922.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)**. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS/EST Edições, 1993.

VALLE, Hardalla Santos do; ARRIADA, Eduardo. A instrução proposta por Caxias: uma análise do panorama educacional Rio Grandense do século XIX (1842-1846). **Diálogos**. v.16, n.1, p.217-233, jan.-abr., 2012. Disponível em:
[http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path\[\]=537&path\[\]=pdf_463](http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path[]=537&path[]=pdf_463). Acessado em 31 jan. 2014.